

Ano 20 • Número 13 • 02 de abril de 2018

■ **Confiança da indústria gaúcha estabilizou em março**

■ **Indústria gaúcha segue em recuperação e otimista**

■ **Melhoras marginais nos indicadores fiscais**

■ **As contas estaduais em 2017**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Confiança da indústria gaúcha estabilizou em março

O Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS), divulgado pela FIERGS, ficou praticamente estável entre fevereiro e março. Ao passar de 61,6 para 61,7 pontos, interrompeu a sequência inédita de altas, iniciada julho do ano passado. O ICEI/RS continua no maior nível desde junho de 2010.

A evolução da confiança entre fevereiro e março reproduziu o padrão mostrado por todos os componentes: relativa estabilidade nas avaliações da situação atual e das expectativas. Medidos de zero a cem pontos, os índices acima dos 50 pontos mostram condições melhores e expectativas otimistas.

O Índice de Condições Atuais foi de 57,4 pontos em março, 0,2 ponto acima de fevereiro, mantendo-se no maior nível desde junho de 2010. Em relação à economia brasileira, o índice passou de 57,4 em fevereiro para 57,6 pontos em março, enquanto o Índice de Condições das Empresas ficou praticamente estável em 57,5 pontos em março.

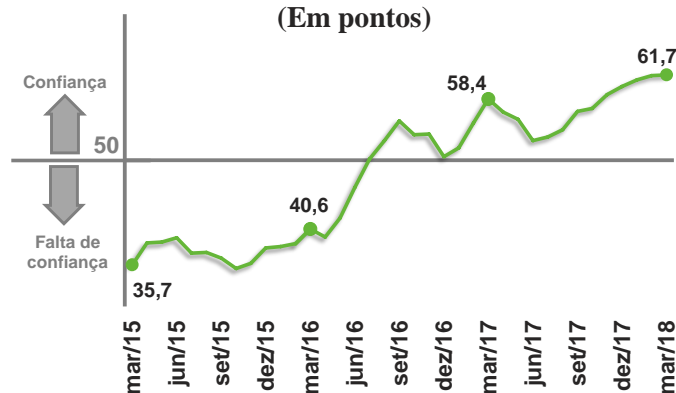
As expectativas dos empresários gaúchos para os próximos seis meses mantiveram-se inalteradas na passagem de fevereiro para março, com o Índice de Expectativas (IE) ficando em 63,9 pontos, o mesmo valor do mês anterior. O Índice de expectativas sobre a economia brasileira foi o componente com pior desempenho no período: caiu 0,4 ponto, atingindo 59,5 pontos. Houve também uma estabilidade nas expectativas sobre o futuro das empresas, com o índice

registrando 66,1 pontos em março.

Os resultados da confiança industrial em março são compatíveis com o desempenho do setor no estado. As condições atuais confirmam a tendência de recuperação moderada, enquanto as expectativas em patamar elevado indicam a sua continuidade, com possibilidade de alguma aceleração nos próximos meses.

O insucesso da Reforma da Previdência pouco alterou a avaliação dos empresários no curto prazo, sendo, possivelmente, um dos fatores para a acomodação da confiança no mês, depois de oito altas seguidas. Isso porque os industriais gaúchos seguem acreditando na política econômica, que gerou impactos positivos na inflação, nos juros e no nível de atividade, e no reequilíbrio das finanças públicas, embora as Reformas tenham ficado para o próximo governo.

Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS (Em pontos)



Fonte: FIERGS.

Indústria gaúcha segue em recuperação e otimista

A Sondagem Industrial do RS de fevereiro de 2018, realizada pela FIERGS, mostrou que nada mudou no quadro geral de recuperação do setor, dado que a produção e o emprego permaneceram crescendo com estoques ajustados e as expectativas continuaram otimistas, inclusive para os investimentos.

Os indicadores de produção e do número de empregados em fevereiro foram de 52,7 e 53,1 pontos, respectivamente, ante 52,8 e 53,0 em janeiro, sinalizando que cresceram em fevereiro na mesma intensidade do mês anterior, pois estão acima dos 50 pontos. Ambos não cresciam no segundo mês do ano desde 2014.

A utilização da capacidade instalada (UCI) repetiu o percentual de janeiro: 66,0%, 3,4 p.p. abaixo da média histórica do mês. Já o indicador relativo à utilização de capacidade usual fechou fevereiro em 44,3 pontos, 0,4 acima de janeiro. Os dois indicadores mostram que ainda há ociosidade na indústria, mas ela ficou um pouco menor na passagem de janeiro para fevereiro.

O quadro favorável para indústria gaúcha em fevereiro se completou com o desempenho dos estoques de produtos finais, que mantiveram-se, pelo terceiro mês consecutivo próximo ao planejado pelas empresas. Esse fator segue sendo um sinal positivo para a

produção futura, o que deverá contribuir também para reduzir a ociosidade. O índice de estoques em relação ao planejado foi de 49,8 pontos em fevereiro.

Já as expectativas dos empresários gaúchos em março continuaram favoráveis e compatíveis com a manutenção do processo recuperação nos próximos meses, sobretudo com relação às exportações, cujo índice alcançou 58,6 pontos, o maior valor desde março de 2014, 3,5 pontos superior ao mês anterior. Os demais índices recuaram ante fevereiro, mas seguiram projetando crescimentos (acima dos 50 pontos): demanda (-0,5 ponto, para 60,3 pontos), compras de matérias primas (-1,7 ponto, para 57,3 pontos) e número de empregados (-2,1 pontos, para 53,0 pontos).

A melhora do cenário cria um ambiente mais favorável aos investimentos em máquinas e equipamentos, construção, pesquisa e desenvolvimento, inovação de produto ou processo. De fato, os industriais gaúchos se mostram cada vez mais propensos a investir nos próximos seis meses. O índice de intenção de investimento cresceu de 54,6 em fevereiro para 56,8 pontos em março, o maior valor desde março de 2014. De fevereiro para março, a proporção de empresas com previsão de investimentos subiu de 57,0% para 60,0%.

Melhoras marginais nos indicadores fiscais

O Setor Público Consolidado, que compreende Governo Federal, Banco Central, Governos Regionais e as Empresas Estatais, registrou déficit primário de R\$ 17,4 bilhões em fevereiro, consideravelmente menor do que os R\$ 21,1 bilhões negativos registrados no mesmo mês de 2017. Dessa forma, o déficit primário acumulado em 12 meses recuou de R\$ 103,0 bilhões (1,5% do PIB) para R\$ 96,3 bilhões (1,4% do PIB) em fevereiro. A maior parte dessa redução se deve ao resultado das contas do Governo Central (Gov. Federal + Banco Central).

O déficit nominal também recuou em fevereiro, passando de 7,5% para 7,3% do PIB ano acumulado em 12 meses. Além de um resultado primário mais favorável, essa melhora marginal se deve ao menor volume de juros nominais (5,9% contra 6,0% do PIB em janeiro), que vem respondendo às reduções consecutivas na taxa de juros real da economia brasileira. Com isso, a Dívida Líquida do Setor Público se elevou para 52,0% do PIB em fevereiro, enquanto que a Dívida Bruta do Governo Geral avançou para 75,1% do PIB. A devolução prevista de R\$ 130 bilhões do BNDES em direção ao Tesouro deve contribuir para a desaceleração da relação dívida bruta/PIB em 2018.

Considerando o relatório da STN, o Governo Central apresentou déficit primário de R\$ 19,3 bilhões em fevereiro, relativamente menor do que o registrado no mesmo mês de 2017 (R\$ 27,1 bilhões). Apesar de o Gov. Central ter acumulado superávit de R\$ 11,9

bilhões no primeiro bimestre de 2018, os números do Regime Geral da Previdência Social mostraram um déficit primário de R\$ 29,0 bilhões, o maior da história para os dois primeiros meses do ano.

Pelo lado da receita, observa-se um crescimento de 10,2% na receita líquida na comparação com o mesmo mês de 2017. Contribuiu decisivamente para isso a expansão de 14,8% das receitas administradas, com destaque para o crescimento de 13,8% da arrecadação com a COFINS por conta do aumento das alíquotas sobre combustíveis no meio do ano passado.

A redução de 0,6% na despesa total também teve impacto sobre o melhor resultado primário. Esse recuo foi puxado pela contração de 10,5% nas despesas discricionárias em função dos menores gastos com os ministérios da Saúde (-21,0%), da Educação (-15,2%) e do Desenvolvimento Social (-5,7%).

O cumprimento da meta fiscal em 2018 não deve ser problema. Contudo, o ajuste fiscal em curso se apoia majoritariamente nos cortes nas despesas discricionárias, cuja influência é bastante limitada dada sua baixa participação na despesa total. Cabe lembrar que, no acumulado em 12 meses, a despesa discricionária já se reduziu aos níveis de 2009. Por outro lado, as obrigatórias cresceram 41,4% em termos reais durante esse período. O espaço para cortes é cada vez menor, e é necessário que se repense o caráter explosivo da despesa obrigatória no Brasil.

As contas estaduais em 2017

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) consiste em uma publicação bimestral das principais variáveis fiscais da União, Estados e Municípios. Recentemente, o Tesouro divulgou um documento que compila e compara essas informações entre os estados em 2017. Alguns dados chamam bastante atenção.

Em 20 das 27 unidades da federação, a despesa corrente cresceu acima da receita corrente em 2017. Ou seja, em cerca de três quartos dos estados houve deterioração da poupança corrente. Cabe lembrar que são chamados de gastos correntes aquelas despesas que não alteram o patrimônio, isto é, que se esgotam no exercício de referência como, por exemplo, as despesas com servidores ativos e inativos e os gastos com juros da dívida. No Rio Grande do Sul, houve crescimento de 6% nas receitas correntes frente a um aumento de 10% nos gastos correntes. O Paraná foi estado que teve maior crescimento na despesa (24%), enquanto que o Rio de Janeiro teve a maior expansão de receita (19%).

Em termos de resultado orçamentário (diferença entre a receita realizada total e a despesa total empenhada), houve deterioração, isto é, redução de superávit ou aumento de déficit, em 23 das 27 unidades da federação. Os maiores rombos relativos foram

apresentados por Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, com déficits equivalentes a 19% e 18% de suas respectivas receitas correntes líquidas (RCL - receita corrente menos as transferências aos municípios). O Rio Grande do Sul apresentou, em 2017, um rombo orçamentário de R\$ 1,7 bilhões, ou 5% de sua RCL. Considerando somente o Regime Próprio de Previdência dos seus servidores, o déficit foi de R\$ 10,2 bilhões (30% da RCL) que, em termos relativos, foi o maior entre todos os estados brasileiros.

Atualmente, o RS tem a maior despesa com Pessoal e Encargos Sociais (ativo e inativo) entre todos os estados, com comprometimento de 78% de sua receita total. Por outro lado, em 2017, o RS foi o Estado que menos investiu, com apenas 2% de sua receita dedicada aos investimentos. É interessante notar que o Ceará - Estado que menos gastou com pessoal (50% da receita) - foi justamente o estado que mais investiu (12% da receita).

O processo de consolidação fiscal pelo qual passa o Brasil envolve necessariamente o equacionamento das finanças estaduais. A máquina pública se encontra cada vez mais inchada, mas seu poder de atuação está gradativamente mais restrito. O RS é onde isso se manifesta mais notadamente.